



Universidade do Minho

**Participação em processos de consulta pública:  
Percepções dos cidadãos e recomendações para autoridades  
responsáveis**

Relatório produzido pelo projecto **COMPOLIS -  
Comunicação e Envolvimento Político com Questões Ambientais**  
Projecto financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (EXPL/IVC-COM/1717/2012)

Anabela Carvalho, Eunice Seixas, Maria Fernandes-Jesus & Mafalda Guedes

**Centro de Estudos em Comunicação e Sociedade  
Universidade do Minho**

**Julho 2015**

## 1. Introdução

Este relatório inscreve-se no projecto **COMPOLIS – Comunicação e Envolvimento Político com Questões Ambientais**, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia com a referência EXPL/IVC-COM/1717/2012. O projecto foi desenvolvido entre 1 de Julho de 2013 e 31 de Dezembro de 2014, tendo sido Anabela Carvalho, membro do **Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS)** da **Universidade do Minho**, a investigadora responsável. O relatório dá conta de conclusões de membros da equipa do projecto, que as apresentam a tal título, e não em nome da Universidade do Minho.

Um dos objetivos do projecto COMPOLIS era analisar as experiências e percepções dos cidadãos sobre processos de participação pública relacionados com questões ambientais. Um dos casos estudados foi o do **processo de consulta pública relativo ao projecto de instalação de uma linha de transporte de energia elétrica de muita alta tensão entre Vila do Conde e a Rede Elétrica de Espanha, a 400Kv**, cujo traçado previsto atravessa freguesias dos distritos de Viana do Castelo, Braga e Porto. O processo de consulta pública decorreu entre Dezembro de 2013 e Fevereiro de 2014.

Este relatório dá conta dos resultados da discussão ocorrida no âmbito de cinco **grupos focais** em que participaram 37 cidadãos de freguesias potencialmente afectadas, bem como de **entrevistas** a 26 cidadãos. No sentido de limitar a extensão do relatório apresentamos apenas alguns exemplos das falas dos cidadãos quer nos grupos focais quer nas entrevistas individuais.

O relatório visa também apresentar algumas **recomendações** para as entidades responsáveis pela organização de consultas públicas.

## 2. Objectivos e métodos

Os grupos focais foram realizados em freguesias que seriam afectadas pelo traçado proposto para a linha de muito alta tensão, nomeadamente **Barcelinhos**, concelho de Barcelos (dois grupos focais), **Tangil**, concelho de Monção, **Ribeira**, concelho de Ponte de Lima, e **Refóios**, concelho de Ponte de Lima (um grupo focal em cada freguesia). Os grupos focais foram compostos por seis a oito participantes cada, num total de 37 pessoas, e tiveram lugar entre Junho e Julho de 2014. Os participantes foram recrutados através de organizações cívicas ou movimentos associativos locais (e.g. grupo de escuteiros, grupo desportivo, associação de protecção ambiental). Dez dos participantes eram do sexo feminino e 27 do masculino. Em termos etários, distribuía-se da seguinte forma: 18-25 anos – 7; 26-35 anos – 9; 36-50 anos – 16; 51-65 anos – 4; > 65 anos – 1. Todos os participantes residiam nas freguesias onde se realizaram os grupos focais, excepto oito, que aí trabalhavam ou tinham outro tipo de ligação significativa ao local, como realizar trabalho de voluntariado.

Apresentam-se de seguida os principais objetivos subjacentes à realização dos grupos focais.

1. Em primeiro lugar, pretendia-se saber se os participantes tinham tomado **conhecimento do processo de consulta pública sobre a linha de muito alta tensão, se tinham participado nele** e analisar as suas **percepções do mesmo e/ou de outros processos de consulta pública**.
2. Em segundo lugar, pretendia-se conhecer e analisar as **opiniões** dos participantes sobre: a) **quem deveria conduzir o processo de consulta pública**; b) **quem deveria promover a informação sobre o processo e quais deveriam ser os meios privilegiados para tal**; c) qual a **duração desejável do processo de consulta pública**; d) qual a **melhor forma de participação dos cidadãos no processo**.

As entrevistas foram realizadas nas freguesias de **Barcelinhos** (concelho de Barcelos), **Monção** (concelho de Monção), **Gemieira** e **Ribeira** (ambas do concelho de Ponte de Lima) entre Março e Maio de 2014. Os entrevistados foram recrutados de forma aleatória em locais públicos das referidas freguesias, tais como cafés, jardins e praças.

Relativamente às entrevistas, seis dos participantes eram do sexo feminino e 20 do masculino. Em termos etários, distribuíam-se da seguinte forma: 18-25 anos – 2; 26-35 anos – 2; 36-50 anos – 9; 51-65 anos – 4; > 65 anos – 9. Todos os participantes residiam nas freguesias onde se realizaram as entrevistas, excepto seis, que aí trabalhavam ou tinham outro tipo de ligação significativa ao local, como ter uma casa de férias.

As entrevistas cobriram vários aspectos relativos a experiências e percepções de participação pública, sendo algumas questões directamente relacionadas com o processo de consulta pública sobre a linha de muito alta tensão aqui em análise.

Tanto os grupos focais como as entrevistas foram transcritos na íntegra e depois sujeitos a uma **análise de conteúdo temática**. Essa análise qualitativa foi realizada de forma indutiva (ou seja, as categorias temáticas foram construídos a partir da análise dos dados).

### 3. Análise de dados

Através da análise das intervenções nos grupos focais e das entrevistas são identificáveis algumas concordâncias e algumas perspectivas mais isoladas, sendo que, na sua maioria, os participantes apresentam uma visão relativamente uniforme no que diz respeito ao processo de consulta pública da linha de muito alta tensão.

Quando questionados sobre o **conhecimento do processo de consulta pública**, a maioria dos participantes nos grupos focais e dos entrevistados afirmaram não ter tido conhecimento do processo.<sup>1</sup>

Entrevistadora: "(...) soube da consulta pública que houve?"

Entrevistado: "Nada, nada. Que consulta. Nada, nada." (entrevistado da freguesia de Monção)

"Consulta pública, mas consulta pública através de quê?" (entrevistado da freguesia de Gemieira)

O desconhecimento do processo de consulta pública poderá ter tido uma relação directa com a não-participação na consulta pública dos habitantes das freguesias afectadas pela linha de muito alta tensão, já que, independentemente de outras circunstâncias, inibiu, à partida, tal participação.

As pessoas que tiveram conhecimento da consulta afirmaram que a informação foi divulgada tardiamente.

"Só em Dezembro é que chegou às Juntas de Freguesia a informação." (participante em grupo focal da freguesia de Tangil)

"Na freguesia só começaram a pedir assinaturas três dias antes [de fechar o processo]." (participante em grupo focal da freguesia de Ribeira)

A falta de informação parece ser causadora de desconfiança por parte dos cidadãos.

---

<sup>1</sup> Relativamente ao projecto da linha de muito alta tensão a maior parte das pessoas que entrevistámos ou que participaram nos grupos focais tinha algum conhecimento; mas não do processo de consulta pública sobre o mesmo.

“Como é que é possível haver um processo de consulta pública e as pessoas não saberem que esse processo existe? Então para que é que o fazem? Só fazem porque é uma obrigação legal para poderem...? Fazem porque a lei obriga. E tratam de não divulgar muito porque não tem interesse.” (participante em grupo focal da freguesia de Barcelinhos)

Um entrevistado da freguesia de Monção afirmou mesmo:

“Não houve consulta nenhuma. Embora eles digam que houve.”

A questão da (des)informação relativamente ao projecto da linha de alta tensão assim como ao processo de consulta pública emergiu como sendo crucial em todos os grupos focais e entrevistas. Todos os participantes reiteraram que houve falta de informação e que a que houve não foi atempadamente divulgada, muitos considerando que isso teve como objetivo minimizar a contestação da população.

“Eu acho que o problema neste tipo de obras é a desinformação que há e é propositado.” (participante em grupo focal da freguesia de Barcelinhos)

“Vivo na freguesia, e não obtive essa informação. Se eles estivessem realmente interessados em ouvir a opinião teriam feito um processo mais claro.” (participante em grupo focal da freguesia de Barcelinhos)

As seguintes afirmações sugerem uma desadequação da linguagem utilizada, falta de informação ou até mesmo a circulação de informação errónea referente ao projecto da linha de muita alta tensão:

“Eu tive a ler um bocadinho, mas há partes que... É uma linguagem muito técnica. Não é propriamente para nós.” (participante em grupo focal da freguesia de Tangil)

“Algumas pessoas achavam que aquilo era uma coisa muito boa e que ia fortalecer a luz e aumentar o sinal dos telemóveis e da televisão.” (participante em grupo focal da freguesia de Refóios)

Foi referido que a falta de informação impede uma participação eficaz e fundamentada por parte da população:

“Se a população não está seriamente informada sobre o prejuízo que isso causa no meio ambiente e nas pessoas, não vai poder opinar, nem saber opinar sobre isso.” (participante em grupo focal da freguesia de Refóios)

Um dos participantes no grupo focal da freguesia de Ribeira fez ainda referência ao facto do processo ter coincido com o período de eleições, o que terá complicado a transmissão da informação.

“Não soubemos de nada porque foi muito bem feito, porque foi precisamente na altura das eleições, em que havia saídas e entradas de Juntas. A Junta que saiu não queria saber, a Junta que entrou não sabia de nada.”

Muitos habitantes expressaram suspeição considerando que o processo foi organizado de uma forma “clandestina” e sem a devida auscultação da população residente:

“Isto foi todo um processo clandestino e quando as pessoas tomaram conhecimento já faltavam quinze dias para o fim do processo. (...) A Câmara nunca informou nem esclareceu ninguém.” (participante em grupo focal da freguesia de Refóios)

“O que eu acho é que foi ouvida toda a gente, toda a gente entre aspas. Foram ouvidos todos aqueles que não falavam, foi vista a questão do ambiente, a questão dos monumentos, foi visto isso tudo. E a quem realmente vai lidar com isso diariamente, que são as pessoas, essas não foram ouvidas. Pelo menos nós, foi só na parte final onde já quase mais nada havia a fazer porque já estava tudo decidido.” (participante em grupo focal da freguesia de Ribeira)

Por outro lado, alguns habitantes consideraram ter havido alguma má-fé e ocultação/camuflagem da informação por parte das entidades competentes no decorrer deste processo:

“Mas atenção, porque para este projecto as Câmaras já foram consultadas há cerca de três anos. Todas as Câmaras do Alto Minho foram consultadas. A única Câmara que se mostrou logo à partida contra a passagem da linha de muito alta tensão foi a de Melgaço, com parecer muito bem fundamentado dos técnicos deles. As outras chutou tudo para canto! Eles ouviram falar em muito alta tensão e nem quiseram saber o que é que aquilo era!” (participante em grupo focal da freguesia de Refóios)

“Se quer que lhe seja mesmo sincero, acho que tinha sido comprada [representante da Agência Portuguesa do Ambiente que participara em sessão de esclarecimento em Monção]. Aquilo parecia um complô tão grande que a ideia parecia só uma, todos a falarem em sintonia, que não fazia mal nenhum. Como aquela questão de dizerem que se soubessem que tínhamos preocupações ao nível da saúde tinham convidado um doutor para vir com eles. E ele vinha dizer o quê? «Ah, isso não faz mal nenhum.»” (participante em grupo focal da freguesia de Tangil)

A última citação refere-se à sessão (oficial) de esclarecimento que teve lugar em Monção a 8 de Fevereiro de 2014. Para além do habitante de Tangil citado acima, uma das pessoas entrevistadas em Monção tinha também participado e expressou uma forte frustração sobre a forma como tinha sido organizada, a gestão do tempo, a postura dos oradores, a linguagem utilizada, etc. No excerto abaixo, vemos como as suas opiniões são reforçadas por outro entrevistado (número 2).

Entrevistado 1: “Eu não cheguei até ao final que aquilo nunca mais acabava, aquilo era, cada um vinha com a sua teoria e aquilo prolongou-se e aquilo quando entrou nos debates propriamente dito que o povo se começou a manifestar eu vim-me embora, que já eram quase oito horas e eu tive que me vir embora. (...) Começou às três horas. Aquilo eram sete horas e só tinha havido conversa de de xaxa.

Entrevistado 2: Era, era conversa de (xaxa).

Entrevistado 1: E havia uma senhora , uma senhora que pertencia à aquela empresa de luz e (Entrevistado2: A REN). Isso nunca mais acabava.

Entrevistado 2: Claro, isso é para chatear as pessoas.

Entrevistado 1: Porque depois é muita gente da aldeia.

Entrevistadora: Era linguagem técnica?

Entrevistado 1: Claro, pois era mais técnica do que outra coisa. Ali estava muita gente da aldeia mas eram mais pessoas que vivem a coisa no local, não é. E queriam-se manifestar e que nunca mais chegava a vez deles. Até porque a maior parte das pessoas foi-se embora. (...) Pronto, viagens de 15 km e 18 km e estar ali toda a tarde e quase nem se perceber. (...)

Entrevistado 2: Não é. Eles vêm para falar para ninguém (...)

Entrevistado 1: Ficou aí quase uma hora e meia a falar.

Entrevistado 2: Para quê? Para afastar as pessoas. Para pôr as pessoas na rua.

Entrevistado 1: A senhora falou, falou que nunca mais se (.) e termos técnicos e coisas...

Entrevistado 2: É evidente, aquilo está feito para isso.

Entrevistado 1: Veio um outro senhor depois dessa, rebater quase tudo aquilo que ela disse.

Entrevistado 2: É evidente.

Entrevistadora: Que era também outro técnico?

Entrevistado 1: Era outra hora e meia.”

Os excertos acima sugerem que as sessões de esclarecimento organizadas pelas entidades oficiais podem também ser grandemente melhoradas, colocando-se ao serviço dos cidadãos.

Uma outra questão colocada aos cidadãos foi **quem deveria conduzir o processo de consulta pública**, sendo que a grande maioria foi unânime em indicar as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia como as entidades competentes para tal. Registaram-se, também, algumas perspetivas minoritárias que consideram que o processo deveria ser liderado pela REN, pelo Ministério do Ambiente ou por gabinetes independentes sediados nas autarquias:

“Achamos que devia haver um regulamento ou um decreto qualquer que pudesse dar azo à população para se manifestar, que fosse protegida juridicamente e até financeiramente. No orçamento deveria haver gabinetes ligados por distritos ou por concelhos que pudessem ficar sediados nas autarquias, mas independentes, ou seja, sem ligação direta à autarquia.”  
(participante em grupo focal da freguesia de Barcelinhos)

Quando questionados sobre **quem deveria proceder à divulgação do processo de consulta pública e quais os meios de comunicação que deveriam ser privilegiados**, as respostas foram relativamente unânimes em considerar as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia as entidades de excelência para tal. O padre de cada freguesia foi também considerado um actor-chave:

“Basta só dizer ao padre da freguesia que avise no fim da missa e toda a freguesia fica a saber e de certeza que há uma grande adesão.” (participante em grupo focal da freguesia de Barcelinhos)

Na freguesia da Ribeira, uma técnica da respectiva Junta de Freguesia afirma que a mesma recorreu a essa via para divulgação do processo:

“Pedimos ao Sr. padre que divulgasse nas missas e nos... que ele também tem um boletim e que no fim da missa ao entregar o boletim, pronto, fazia-se o aviso e no boletim vinha a notícia que se encontrava aqui na freguesia o projecto para consulta e o abaixo-assinado para quem quisesse aderir.”

Os meios de comunicação social e as redes sociais também foram considerados meios privilegiados de disseminação da informação, sendo as últimas vistas como mais eficazes junto de públicos jovens:

“Eu acho que nós temos que nos atualizar um bocadinho. Os tempos são para as novas tecnologias e efetivamente divulgar através do *Facebook* e outras redes sociais hoje em dia é crucial. (...) As novas tecnologias são úteis para chegar a um público mais jovem, mas não nos podemos esquecer que aqui neste tipo de freguesias que são ainda tão rurais, há uma camada da população que não é formada, que não tem uma consciência tão trabalhada para estas questões e precisa de ser esclarecida por outros meios.” (participante em grupo focal da freguesia de Barcelinhos)

Embora não tão enfatizadas, as associações, as escolas, a realização de reuniões com técnicos independentes das várias áreas envolvidas, a organização de debates e visitas guiadas foram também consideradas meios através dos quais se poderia divulgar a informação. O comércio local também foi sugerido como um possível canal de informação:

“É onde as coisas também passam muito. Nos cafés e assim.” (participante em grupo focal da freguesia de Ribeira)

Foi feita a proposta de divulgação do teor do projecto de obra pelas Câmaras através da colocação de um boletim informativo nas caixas do correio de todos os habitantes.

De forma a não restarem dúvidas na população acerca do projecto, foi ainda sugerido que houvesse apoio técnico no sentido de elucidar e esclarecer os habitantes.

“A população neste momento pode ver a informação mas não sabe interpretá-la. Pode ler, mas não sabe verdadeiramente o que quer dizer. Portanto, tendo técnicos a apoiar, esclarecer e defender a população era o ideal. (...) Mas o ideal seria conjugar a força da população com a envolvente técnica.” (participante em grupo focal da freguesia de Barcelinhos)

“Alguém tem de liderar todo esse processo, não é? E tentar esclarecer as populações. Alguém tem que liderar, deve liderar e explicar às populações os inconvenientes de, da passagem dessa linha.” (entrevistado da freguesia de Monção)

Relativamente à **duração do processo de consulta pública** foi unânime a opinião de que a mesma foi muito escassa:

“O prazo de contestação começou no dia 16 de dezembro de 2013, o edital foi colocado no dia 20 de janeiro aqui na Junta e nas outras Juntas, foi quando os Presidentes das Juntas receberam a informação da Câmara. E o prazo de contestação acabava no dia 15 de fevereiro.” (participante em grupo focal da freguesia de Refóios)

Os participantes no estudo, na sua maioria, concluíram que três a seis meses seria o tempo necessário para auscultar devidamente a população. Com uma percentagem menor, mas não menos significativa, surge a opção de seis meses a um ano, justificada predominantemente pela existência de bastantes emigrantes em determinadas freguesias, que também deveriam ser ouvidos no âmbito deste processo, e o facto de muitos deles só se deslocarem à terra natal nas férias de Verão.

Quando questionados sobre a **forma ideal de participação no processo de consulta pública**, as opiniões foram relativamente unânimes que esta deveria ser feita através de reuniões, debates, sondagens, referendos, exposições e abaixo-assinados após eventuais sessões informativas com técnicos especializados.

O facto da participação só poder acontecer por escrito no actual formato de consulta pública foi considerado um problema para muita gente:

Entrevistadora: “E ouviu falar da consulta pública aos cidadãos, que os cidadãos podiam dizer o que é que pensavam por escrito sobre isso?”

Entrevistado: “Isso já era (.). Por escrito não. Por escrito não mas há, há outras coisas que se podiam, que a gente podia exigir, que era o referendo. (...)

Isso [pronunciar-se por escrito] não vai a lado nenhum. Sabe que poucas são as pessoas que reclamam por escrito.” (entrevistado da freguesia de Monção)

Um dos cidadãos de Barcelinhos refletiu sobre a legitimidade, em termos de domínio técnico do assunto, de formação e de capacidade de reflexão, de serem os habitantes a tomarem decisões deste âmbito, como é visível no seguinte excerto:

“Então sempre que se for tomar uma decisão para o concelho de Barcelos todas as pessoas têm que ser consultadas num género de referendo? E depois qual é a capacidade das pessoas de conseguirem tomar uma decisão consciente? Que nível de formação é que essas pessoas têm e que nível de autocrítica? É que a maior parte das pessoas não tem grande nível de formação nem tem grande nível de espírito crítico.” (participante em grupo focal da freguesia de Barcelinhos)

Segundo outros participantes, o direito à informação deveria ser soberano mesmo que a população não estivesse capacitada para decidir:

“Mas ainda assim eu acho que nós temos o nosso direito que nos seja comunicado (...) Depois se estamos ou não aptos para dar uma resposta em conselho consultivo, isso depois já tinha a ver com a nossa consciência. Eu se calhar não ia ao processo consultivo por achar que não estava devidamente informada e não era a melhor pessoa para dar a resposta, deixava isso para os engenheiros da área.” (participante em grupo focal da freguesia de Barcelinhos)

Alguns dos participantes fizeram ainda referência ao facto de não haver necessidade de serem todas as pessoas consultadas, desde que houvesse uma amostra representativa:

“E não têm que ser todas as pessoas consultadas, mas chamar várias pessoas.” (participante em grupo focal da freguesia de Barcelinhos)

As palavras de um participante num dos grupos focais de Barcelinhos refletem o que muitos dos inquiridos sentem relativamente ao impacto da consulta pública no processo de tomada de decisão:

“Mas o projecto está elaborado e vai haver pessoas que vão contestar, mas depois quem decide decide e não interessa se a população vai morrer, se vão ficar deficientes, porque há um interesse público que está acima de tudo.”

A ideia de ineficácia (ou inconsequência) da participação pública é corroborada por entrevistados das freguesias da Gemieira e da Ribeira que afirmaram, respectivamente, o seguinte:

“No fundo eu acho que está tudo decidido.”

“Os grandes é que decidem, os pequenos não decidem nada.”

#### 4. Conclusões

No contacto com as populações das freguesias abrangidas pelo presente estudo foi visível o **descontentamento** da população face à possibilidade da implementação da linha de muito alta tensão e face ao processo de consulta pública, descontentamento esse que já se materializou em diversas acções de protesto e tentativas de comunicação com as entidades responsáveis pelo processo.

Da análise dos grupos focais emerge claramente a ideia de uma **inadequada e ineficaz comunicação** entre as entidades decisoras e a população, o que deveria ser alvo de melhoria.

Emergem também problemas relacionados com a **falta de confiança** nos poderes públicos. **Aspectos processuais** relacionados com a **divulgação e acesso à informação**, entre outros, estão subjacentes a tais sentimentos negativos por parte dos cidadãos, algo que deverá merecer a atenção das entidades responsáveis.

A **duração** dos processos de consulta pública e os **meios de disseminação de informação** poderiam ser revistos no sentido de promover e facilitar uma maior e mais significativa participação pública.

Os participantes neste estudo valorizaram fortemente a participação activa da população, o que contrasta, porém, com a **percepção da sua ineficácia**. Os cidadãos consideram que a participação pública raramente leva a alterações nos processos de decisão política, o que se liga com questões de **transparência** e **“accountability”** (prestação de contas) nos processos, aspectos que seria, também, recomendável melhorar.

## 5. Recomendações

Com base nos dados acima analisados, e em consonância com muita da literatura publicada sobre processos de participação pública,<sup>\*</sup> recomendamos que os processos de participação pública tenham as seguintes características:

- **Melhor acessibilidade da informação**, o que inclui uma **melhor divulgação** da mesma, de forma ampla e através de vários meios e canais (adaptados ao contexto sócio-cultural em questão), e a apresentação das questões numa **linguagem compreensível pela maior parte da população**. A existência de **apoio técnico independente** para tal parece altamente recomendável.
- **Melhor acessibilidade aos meios de participação no processo de consulta pública**, **dilatando o tempo** de consulta pública e **diversificando os meios de participação** para além do pronunciamento por escrito.
- **Definição clara da natureza e do objetivo do processo de consulta pública**. Para muitos dos participantes neste estudo tal não era claro, o que é desmobilizador de participação e gera suspeição relativamente a quem o organiza.
- **Envolvimento do público desde o início do processo**. Para que os cidadãos possam sentir confiança no processo e nas entidades envolvidas é importante que sejam ouvidos em diferentes fases do processo e não apenas quando o âmbito de análise dum problema já está (fortemente) circunscrito. Por

---

\* Por exemplo:

King, C.S., Feltey, K.M., & O'Neill Susel, B. (1998). The question of participation: Toward authentic public participation in public. *Public Administration Review*, 58, 317-326.

Rowe, G., Horlick-Jones, T., Walls, J., Poortinga, W., & Pidgeon, N. F. (2008). Analysis of a normative framework for evaluating public engagement exercises: Reliability, validity and limitations. *Public Understanding of Science*, 17, 419-441.

exemplo, envolver os cidadãos na definição das próprias alternativas a sujeitar a consulta pública é recomendável.

- **Influência e impacto real nos processos de decisão política.** É fundamental que as opiniões, preocupações e propostas expressas nos processos de consulta pública sejam efectivamente tidas em conta nos processos de decisão.
- **Transparência do processo de formulação de respostas e de tomada de decisão.** A questão da confiança, referida várias vezes neste relatório, é crucial e, em grande parte, depende da transparência dos processos e da prestação de contas à sociedade pelas entidades responsáveis.